



A missão do presidente do Banco Central

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, e o diretor da Área Externa, Carlos Eduardo de Freitas, que embarcaram ontem para os EUA, farão uma escala, hoje, em Washington, para uma visita de cortesia ao presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos (FED), Paul Volcker, e ao diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI), Richard Erb. Mas, ainda hoje, chegam a Nova York, onde permanecerão até quinta-feira, para discutir a prorrogação das linhas de curto prazo (US\$ 16,5 bilhões) que vencem no dia 31 deste mês.

Segundo o diretor da Área Externa, Carlos Eduardo de Freitas, esta renovação já é fato concreto, e até mesmo o diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, já concordou em enviar o "sinal verde" aos bancos credores. Os debates com os banqueiros, que começam amanhã, serão em torno do período de prorrogação, que deverá ser o mais longo possível. Carlos Eduardo de Freitas preferiu não estipular o tempo — que provavelmente será de 150 dias — mas ressaltou que até mesmo os bancos credores estão conscientes de que o prazo deverá ser grande e não os tradicionais 90 dias, para dar tempo ao Brasil de adaptar sua economia.

Falando sobre a viagem do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que embarcou sexta-feira para Paris para encontrar-se com Jacques de Larosière, que se encontra em férias naquela capital, o diretor do Banco Central disse que o objetivo principal é dar uma idéia de como se encontra a economia do País. Com este encontro, explicou Carlos Eduardo de Freitas, "o Brasil conseguirá um maior número de

adesões à prorrogação, pois o FMI é o agente catalisador que apressa qualquer negociação com os bancos".

O ministro Francisco Dornelles, que fica em Paris até amanhã, fará um relato dos números da economia alcançados até agora e a estratégia a ser desenvolvida, a partir de setembro, para conter o déficit público que, se não sofrer um corte, poderá chegar a Cr\$ 84 trilhões até o final do ano. Outro aspecto importante, a ser explicado pelo ministro da Fazenda, é que está sendo feito tudo para que a inflação não ultrapasse os 200% e a emissão primária de moeda em 180% (Cr\$ 28 trilhões).

Mas, conforme evidenciou o próprio ministro Francisco Dornelles, existem divergências quanto ao tempo que o Brasil precisa para ajustar sua economia. O FMI quer que, ainda neste ano, seja zerado o déficit operacional, que está aumentando a cada dia, e ainda seja gerado um superávit de 1,2% do PIB. Ou então contar Cr\$ 73 trilhões do déficit pelo conceito de caixa, estimado este ano em Cr\$ 108,8 trilhões.

Se na economia interna o País atravessa algumas dificuldades, o seu bom desempenho no setor externo é um grande trunfo para as negociações, tanto com o FMI quanto com os bancos credores. Para o próximo ano está sendo previsto um superávit na balança comercial de US\$ 12,5 bilhões com as exportações. E, o mais importante: no próximo ano a dívida externa total deverá ser de US\$ 99,6 bilhões, diminuindo 4% sobre o valor deste ano, que é de US\$ 100,1 bilhões, pelos resultados do balanço de pagamento.